Farinha Simão, com a faculdade de poder subdelegar, as competências para a prática dos seguintes actos no âmbito do meu Gabinete:

a) Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite estabelecido aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Autorizar alterações orçamentais, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, e nos termos estabelecidos anualmente no decreto-lei de execução orçamental;

c) Autorizar a antecipação de duodécimos total ou parcialmente até ao limite das competências atribuídas aos titulares de direcção superior de 1.º grau, nos termos estabelecidos anualmente pelo decreto-lei de execução do Orçamento do Estado.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Julho de 2010, ficando ratificados, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo secretário-geral do Ministério da Justiça, licenciado António José Farinha Simão, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação, até à data da sua publicação.

10 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia.*

203589632

Despacho n.º 13254/2010

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, da lista de candidaturas a juízes sociais para as causas do Tribunal de Família e Menores do Porto votada pela Assembleia Municipal do Porto e ao abrigo da delegação de competências que me foi conferida pelo Ministro da Justiça, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juízes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro (lei tutelar educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (lei de protecção de crianças e jovens em perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

10 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

Lista dos cidadãos nomeados juízes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca previsto no n.º 2 do artigo 30.º da lei tutelar educativa e no artigo 115.º da lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Tribunal de Família e Menores do Porto

Efectivos:

Acácio Manuel Ferreira Monteiro.
Adelaide Isabel dos Santos Vieira Braga Sampaio.
Ana Júlia Amorim Rodrigues.
Ana Luísa Correia da Silva Xavier.
Ana Maria Faria Gonçalves.
Ângela Maria Cardoso Correia de Sousa.
António Manuel Barros Marques.
Artur Miguel Silva Noronha.
Carla Cristina Domingues Mendes Mansilha Branco.
Cecília Bastos dos Santos Brandão.
Elisa da Conceição Couto da Silva.
Fernando da Silva Rodrigues Monteiro.
Francisco Nuno Ferreira Botelho.
Henriqueta Ilda Verganista Martins Fernandes.
Hermínia Maria Almeida Machado.
Joana Cristina Correia de Melo Cerdeira.
Joaquim João Machado Sabino Domingues.
Léa David de Oliveira.
Liseta Maria de Carvalho Queiroz Lopes da Silva.
Manuel Alexandre Solla Maria Alice da Costa Fernandes.
Maria Arminda da Silva Mendes Carneiro da Costa.
Maria da Conceição Monteiro Alves Leite Santos.
Maria do Sameiro dos Santos Moura.
Maria Elisabete Pereira Moreira.
Maria Glória Nunes dos Santos.
Maria José Sande Rocha Pires Oliveira.
Maria Salomé Sousa Curado.
Mário António de Oliveira Mesquita.
Marta Alexandre Rubim Guimarães Rangel.
Mónica Cristina Ferreira Correia.
Olga Maria de Araújo Cunha Rocha da Costa e Silva.
Paula Cristina de Jesus Pereira da Silva.
Regina Maria Ferreira Pires.
Rita Rafaela da Silva Mendes.
Sara Cristina Barbosa Amado Belo.
Sara Cristina de Castro Cerqueira Ribeiro Carreiras.
Sara Vitália de Moura Lima.
Susana Margarida Figueiredo de Sousa Borges Furtado.
Susana Saraiva do Couto.

Suplentes:

Abílio Silva Queirós.
Alcina Augusta de Sena Portugal Dias.
Ana Maria Carneiro Gomes Teixeira.
Ana Maria Faria Gonçalves.
Ana Rita Marques da Mota Fonseca.
António José Borges Regedor.
Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira.
Carla Susana Teixeira Pinto Barros.
Carlos Araújo Pinheiro.
Carminda Flores de Moura.
Celina Geraldes.
Cristina Iolanda Faria Rodrigues da Silva Henriques.
Fátima Conceição Aleixo Vilela.
Fernanda Cristina dos Santos Araújo Caridade.
Fernando Abel Moreira Moura Couto Soares.
Francisco Luís Mendes dos Santos.
Hugo Queirós de Faria.
José Mário Vide de Almeida Pais.
Júlio Manuel Pereira dos Santos.
Leonarda da Conceição Lopes.
Manuel Maria Prata Azevedo.
Maria Alexandra Moreira da Rocha.
Maria Augusta Carvalho da Silva Marques.
Maria Clara Pereira de Sousa de Santiago Sottomayor.
Maria da Purificação Monteiro Augusto dos Anjos.
Maria de Fátima Gonçalves Leite Ferreira.
Maria do Céu Mesquita da Silva.
Maria Eduarda Pereira Pinto.
Maria Helena Dinis Fernandes Morais Sarmento.
Maria Helena Figueira Vieira Pimentel de Matos.
Maria José de Almeida de Magalhães.
Maria Paula Amaral da Silva Leal.
Maria Rita Cameira Ortigão de Oliveira.
Maria Teresa Moita Gorgulho Soares Branco.
Piedade Barros Lopes de Carvalho.
Ricardo Augusto Mendonça Magalhães.
Rui Pedro Ribeiro Teixeira.
Sílvia Alexandra Rodrigues da Rocha.
Tito Osvaldo Dias Baião.
Verónico do Espírito Santo das Neves.

Reserva:

Ana Alexandra Lemos Magalhães.
Ana Cristina Santos Silva.
Ana Isabel Carvalho Pacheco.
Ana Lídia Rodrigues Cadavez.
Anabela Vaz Moreira Vilela Bouça.
Andreia Cristina Nogueira da Costa.
Arlinda Maria Gonçalves Silva Marques de Jesus.
Carla Susana Costa Marinho Rodrigues.
Carolina Fernanda Almeida Correia.
Cidália Maria Almeida Correia Morais.
Cristina Maria Jesus dos Santos Braga.
Domingos Frederico Tojal Ferreira Soares.
Eugénia Maria Silva Ribeiro Babo Teles.
Hernani Manuel de Sousa Macedo.
Isabel Maria Várzea de Figueiredo Pinto.
Isaura Maria dos Anjos Pinho Basto Barbosa.
Joana Aires da Silva de Morais e Castro Martins dos Santos.
Joaquim Silva Bastos.
José Luís Almeida Gonçalves.
Manuel António Glória da Costa.
Márcia Cláudia Dias Vasques Costa.
Maria Adelaide Mendes Lopes.
Maria Alexandra Rocha da Costa e Silva.
Maria Carolina Pereira da Fonseca.
Maria Clara Gomes Esteves.
Maria da Graça Pereira de Lacerda.
Maria de Fátima Neto Viana Rodrigues Ribeiro dos Santos.

Maria do Carmo Mendes Nobre Gusmão.
Maria Fernanda Teixeira Pereira.
Maria Fernanda B. Geraldes Barros Vale.
Maria José de Jesus Baldaia.
Maria Teresa Pinto Basto Pinheiro Torres.
Marta Cristina Pereira Escudeiro.
Nelson Virgílio Alves Ferraz.
Orquídea Rosa Pinho dos Santos Ferreira Ribeiro.
Paula Anabela Machado Ferreira Silveira.
Paula Maria Vieira Ferreira Salgueiro.
Susana Alexandra Dias Dantas.
Susana Rita Lopes Esteves Ferreira.
Teresa Miranda de Carvalho Nogueira Morgado.

203589738

Despacho n.º 13255/2010

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, da lista de candidaturas a juízes sociais para as causas do Tribunal de Família e Menores de Almada votada pela Assembleia Municipal de Almada e ao abrigo da delegação de competências que me foi conferida por S. Ex.ª o Ministro da Justiça, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juízes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

10 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia.*

Lista dos cidadãos nomeados juízes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Tribunal da Comarca de Almada:

Efectivos:

Ana Maria de Almeida Silvestre Consiglieri Pedroso.
Maria Emília Martins Prudêncio.
António Manuel Amaral de Almeida.
Ana Cristina Santos Espada.
Maria da Luz Rato Cachapa.
Luís Manuel de Oliveira Crespo Besugo.
Maria Alexandra Villaret Pinheiro Baptista.
Pedro Sérgio Fernandes Pina.
Aurora Isabel Miranda de Carvalho.
Maria José Gaspar Batista.
Célia Maria Arenga Félix.
Carlos Manuel Freitas de Castro Leal.
Marta Isabel de Barros Cascais Baptista.
Pedro Santos Maia.
Maria do Rosário Borralho Pais da Silva.
Isabel Maria do Fojo Catalão.
Maria do Rosário Gonçalves Vasconcelos.
Maria Alice Lourenço da Silva Pereira.
Ana Cristina Marques Prieto Rodrigues.
Iolanda dos Santos Pereira.
Paulo Jorge Pinto Mota.
Miguel António Silvestre Sebadelhe.
Henrique Joaquim Nunes de Matos.
Joana Rita Lopes Figueiredo Bicho Marques.
Carlos Fernando dos Reis Mendes.
João Carlos de Oliveira Ludovico da Costa.
Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caxias.
Orlindo Patrício dos Santos.
Isabel Maria Batista Canilho.
Ana Paula Jorge Galvão de Magalhães Fonseca de Andrade Montez.

203589868

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 13256/2010

Por despacho da Subdirectora-Geral de 06 de Julho de 2010, por delegação do Director-Geral (DR 2.ª série, n.º 135 de 14-07-2010):

Alípio José Silva Padilha, escrivão-adjunto do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2010;

Sandra Cristina Simões Antunes Cardoso, escrivã-adjunta do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2010.

Lisboa, 30 de Julho de 2010. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

203593414

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

Despacho (extracto) n.º 13257/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, nos termos do artigo 72.º do Regime da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o mestre António José Nunes Clemente, correspondente à 2.ª posição remuneratória, na sequência do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 9613/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 94, de 15 de Maio de 2009, para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios.

O presente despacho produz efeitos a 30 de Julho de 2010.

11 de Agosto de 2010. — O Director, *Domingos Miguel Soares Farinho*.

203591649

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Despacho (extracto) n.º 13258/2010

Por despacho de 2010.07.21 do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Marco Paulo Mendes Ramalho Monteiro Barbosa, inspector de escalão 4 da Polícia Judiciária, na situação de licença sem vencimento de longa duração — autorizado o regresso ao serviço.(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

10 de Agosto de 2010. — Pela Directora da Unidade, *João Prata Augusto*.

203589324

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 16333/2010

Procedimento concursal interno de acesso geral para o preenchimento de dois postos de trabalho na categoria de especialista de Informática, grau 2, nível 1, da carreira de especialista de Informática, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

1 — Nos termos do disposto no artigo 9.º e n.º 1 do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicáveis por força do disposto na alínea *b*), subalínea *ii*) do artigo 21.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugado com o artigo 106.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com a redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela referida Lei n.º 3-B/2010, faz-se público que, por meu despacho de 22 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República,* procedimento concursal interno de acesso geral para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho, do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, na carreira de especialista de informática e categoria de especialista de informática do grau 2, nível 1.